

CORRELAÇÕES E REFLEXÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO SOBRE A PANDEMIA DE COVID 19 E A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Edilmar Galeano Marques¹
José Carlos Souza²
Marcia Rita de Amorim Portela³

RESUMO

A suspensão das aulas presenciais foi uma das primeiras medidas assumidas globalmente para conter o avanço da pandemia de Covid 19. Como alternativa de continuidade, após um período de pausa inicial, o ensino remoto foi a opção tomada em diferentes países, entre eles o Brasil, para o prosseguimento do ano letivo. Nesse arranjo de ensino, as tecnologias se tornaram determinantes e ocorreram mudanças representativas de ordem didática, metodológica e estrutural, que se fizeram acompanhar por benefícios de continuidade e também por reflexos negativos, sobretudo evasão, acentuados pelas assimetrias socioeconômicas nacionais. O objetivo deste artigo foi revisar a literatura acerca da pandemia de Covid 19 frente à evasão na educação pública nacional, sob enfoque da Educação Básica. Foi realizada uma revisão bibliográfica, qualitativa, na literatura preferencialmente divulgada entre os anos de 2019-2021, extraída de bases impressas e digitais como Biblioteca Digital da Produção Intelectual, *Dedalus*, Educ@, *Institute of Education Science*, Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, *Redalyc* e *Scientific Electronic Library Online*, com o uso dos descritores “Covid 19”, “evasão” e “educação”. Foi observado que a pandemia de Covid 19 reconfigurou a docência e trouxe crescente necessidade de domínio/ acesso às tecnologias por professores e alunos, fenômeno desafiador a ambientes de desigualdade socioeconômica. O acesso tecnológico e o apoio ao ensino e aprendizagem, sobretudo familiar, se mostraram determinantes contra a evasão, um fenômeno multifatorial passível de redução a partir do fortalecimento do vínculo escolar, atuação docente e suporte contra assimetrias de acesso tecnológico.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial, Pandemia, Docência, Aprendizado, Evasão.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Licenciado em Matemática pela Universidade Católica Dom Bosco, Professor da Rede Municipal e Estadual de Ensino de Ensino – Campo Grande/MS, e.bob@hotmail.com;

² Psiquiatra, PHD em saúde mental, professor do curso de Medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, josecarlossouza@uol.com.br;

³ Mestranda em Educação Científica e Matemática pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Licenciada em Matemática pela Universidade Católica Dom Bosco, professora da Rede Municipal de Ensino - Campo Grande/MS, marciaport@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Os primeiros registros do vírus Sars-Cov2 ocorreram em Wuhan (China), no mês de dezembro de 2019, contudo, a suspeita é que localmente o vírus já circulasse a pelo menos um mês. Com isso, a origem mais aceita deste vírus, responsável pela doença Covid 19, é a China - com casos inicialmente ligados a pneumonia e repercussões pulmonares (ARRUDA, 2020).

Em março do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu o alerta global da pandemia de Covid 19. Como pouco era conhecido sobre o novo vírus e foi identificada uma rápida difusão de casos pelo mundo, o distanciamento social foi uma das primeiras medidas tomadas para conter o contágio. Consequentemente, práticas coletivas passaram a ser desaconselhadas e as atividades escolares foram suspensas em vários países, entre eles o Brasil (SOUZA *et al.*, 2021).

Com uma letalidade aproximada de 5% e um perfil de adoecimento indicativo de internações de médio e longo prazos, especialmente sob cuidados intensivos, o vírus rapidamente mostrou a sua capacidade de colapsar sistemas de saúde públicos e privados, impondo um ritmo constante e crescente de óbitos. Ainda em 2020, cerca de 90% da população mundial estudantil estava em condição de isolamento, e as respostas para a continuidade do ensino foram constituídas de forma acelerada, para preservar o distanciamento e oferecer a possibilidade de avanço do ano letivo. No Brasil, o ensino remoto emergencial foi a solução encontrada, em uma estratégia diferente da Educação a Distância (EaD), mas suficiente para a continuidade das relações de ensino e aprendizagem no novo cenário (ARRUDA, 2020; OLIVEIRA; LISBÔA; SANTIAGO, 2020).

Com essa nova realidade, a pandemia de Covid 19 reconfigurou a docência e trouxe crescente necessidade de domínio/acesso às tecnologias em caráter urgente por professores e alunos, fenômeno especialmente desafiador a ambientes de desigualdade socioeconômica. O ensino remoto emergencial se estabeleceu no Brasil rapidamente como uma resposta à necessidade de continuidade de oferta educacional, mas tanto em escolas públicas quanto privadas, a celeridade não anulou a gravidade e desconhecimento dos efeitos pedagógicos e de permanência das novas formas de ensinar. Com isso, a evasão ganhou protagonismo entre os principais problemas educacionais relacionados a pandemia do novo vírus (ARRUDA, 2020).

Os reflexos da evasão repercutem em curto prazo na ruptura do andamento educacional e, em longo prazo, na restrição de acesso a oportunidades de trabalho – bem como exclusão a melhores condições socioeconômicas pela empregabilidade e efeitos da progressão do patamar salarial associado à escolaridade. Em um cenário relacionado, alunos com maior acesso

tecnológico e suporte familiar integram uma camada privilegiada de continuidade e desenvolvimento educacional. Já alunos que vivenciam assimetrias socioeconômicas terminaram expostos, no contexto da pandemia de Covid 19, a uma experiência de risco do acometimento de seu direito educacional, o que ocorre de maneira proporcional às desigualdades que vivencia (GÓMEZ; BELMONTE, 2020).

O ensino remoto emergencial, como única via possível de continuidade educacional, é também marcado pela necessidade de acesso e uso de tecnologias. Como é desta forma, este acesso tecnológico, quando somado do apoio ao ensino e aprendizagem, sobretudo familiar, se mostram como fatores determinantes contra a evasão (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Ainda, a evasão escolar é um problema historicamente presente no Brasil e especialmente desafiador ao ensino público, sobretudo ao desenvolvimento de políticas para a continuidade do itinerário educacional (NERI; OSÓRIO, 2021). Mesmo sendo dessa forma, nem sempre a sua abordagem educacional foi feita com o destaque necessário. No entanto, a pandemia de Covid 19 trouxe novamente a evasão ao protagonismo.

Isso se deve em parte ao fato de que o ensino remoto emergencial apresenta fatores que se relacionam diretamente à prática docente e ao posicionamento deste profissional frente às relações de ensino e aprendizagem. Nesse mesmo sentido, a evasão educacional termina sendo relacionada também, de modo determinante, a posturas e práticas docentes para evitar o avanço de lacunas e afastamentos que promovam o afastamento educacional (ARRUDA, 2020; CARVALHO *et al.*, 2020).

Este artigo tem por objeto a apresentação e discussão das perspectivas da literatura nacional acerca da evasão educacional no contexto da pandemia de Covid 19. A pesquisa tem representatividade a partir do reconhecimento de que o ensino remoto emergencial foi construído a partir de uma perspectiva de resposta rápida a uma necessidade e, com a sua persistência, é necessário o amadurecimento e tratamento de questões que se referem aos resultados e práticas.

Conhecer a dimensão registrada pela literatura em estudos e registros que mencionem a relação evasão – ensino remoto emergencial representa investir em um sentido de reconhecimento e investigação crítica de uma problemática histórica que se encontra em possível condição inflada frente aos contextos da educação na pandemia do novo vírus. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi revisar a literatura acerca da pandemia de Covid 19 frente à evasão na educação pública nacional, sob enfoque da Educação Básica. A pretensão foi o desenvolvimento de uma análise crítica da evasão em um cenário de ampla desigualdade e sob o contexto dos impactos do ensino remoto emergencial.

METODOLOGIA

Este artigo compreende uma revisão bibliográfica de literatura, ou seja, uma metodologia pela qual é possível reunir diferentes tipos de estudo, com distintos desenhos metodológicos, congregando os mesmos a uma análise crítica da autoria. Esta prática possibilita a redução do viés e tem como uma de suas principais bases a condução das análises pelo crivo crítico dos autores que empreendem estes estudos.

Este tipo de desenho metodológico foi descrito por Cordeiro *et al.* (2017) como aquele que mapeia o conhecimento existente a respeito de um assunto e oferece, dessa forma, um retorno que reflete a um estado da arte que pode ser analisado de forma crítica complementar pelo pesquisador. Seu protocolo é menos rígido quanto ao processo de seleção dos materiais revisados, em comparação a revisões sistemáticas, mas unicamente em relação a não predeterminação de fontes e a pela condição da seleção dos estudos de forma mais livre e não estruturada. Neste tipo de revisão, é o pesquisador-autor, e não os protocolos de busca, que define o que será incluído ou excluído do escopo analisado.

Trata-se de um exercício de levantamento contínuo do conhecimento a fim de definir como a literatura consultada sintetiza o objeto de interesse do levantamento realizado. Assim, como afirmaram Botelho, Cunha e Almeida (2011, p. 124), as revisões bibliográficas fazem uso de fontes preexistentes “[...] bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema”.

Ainda, este artigo é uma pesquisa de natureza / abordagem qualitativa, pois apresenta de forma não estatística as informações e seus resultados e, em complemento, possibilita espaços à intervenção aberta de análise do pesquisador. Existe também na natureza dos dados levantados uma base transdisciplinar, em que diferentes campos de produção das pesquisas consideradas foram contemplados, em busca de traçar um estado da arte da evasão no contexto da pandemia de Covid 19.

Por se tratar de um tema recente e por ser do interesse do estudo uma dimensão ampla acerca da literatura nacional frente à Covid 19 e a evasão, não foram considerados autores centrais ou pontuais à condução do tema, sendo ele constituído pelo encadeamento teórico dos achados, a partir de sua temática. A literatura foi identificada e reunida para síntese de forma a não privilegiar cronologia, mas sim o encadeamento temático de apresentação dos achados, em um texto reflexivo em bloco, trazido nos resultados e discussões deste estudo.



Os dados foram levantados a partir da seleção em fontes impressas (livros) e digitais. As principais fontes digitais consultadas foram as bases Biblioteca Digital da Produção Intelectual (BDPI), Dedalus, Educ@, Institute of Education Science (Eric), Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Redalyc e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram incluídos preferencialmente estudos publicados entre os anos de 2019 a 2021, igualmente de forma preferencial em língua portuguesa, selecionados a partir dos descritores “Covid 19”, “evasão” e “educação”.

As publicações identificadas foram inicialmente analisadas por seus resumos e *abstracts*, bem como sumários, sendo filtrados para leitura integral aqueles que se apresentaram não repetidos, estruturalmente consistentes e pertinentes ao objeto de estudo. A segunda filtragem foi marcada pela leitura integral do conteúdo apresentado, com nova filtragem para exclusão de materiais de insuficiente estrutura metodológica e/ou similaridade de conteúdo (permanecendo o de maior pertinência) ou repetição entre as bases. Após esta filtragem, as publicações selecionadas foram lidas integralmente, e aquelas que apresentaram pertinência metodológica foram fichadas e incluídas no repertório teórico apresentado em sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do segundo semestre de 2021, o Brasil sinalizou uma postura de iniciativas pontuais de tentativa de retorno presencial às aulas, especialmente no sistema público e enfoque da Educação Básica. Isso é feito de modo gradativo, muitas vezes programado em rodízios e com alta vigilância sanitária à rotina dos alunos – tendo pela frente um período representativo de ensino híbrido, em cumprimento ao direito educacional (CURY, 2000).

Nesse sentido, dadas as intensas modificações vivenciadas durante o isolamento social na pandemia de Covid 19 no cenário educacional e especialmente pelo ensino remoto emergencial, não é possível afirmar que as práticas docentes e a dinâmica de sala de aula retornem à normalidade com a gradativa retomada das aulas presenciais. É possível que as tecnologias e novas formas de interação e percepção docente do trabalho se estabeleçam.

O estabelecimento do ensino remoto emergencial permitiu a continuidade do processo educacional, mas, ao mesmo tempo, também trouxe questões pontuais às relações, participação das famílias e reconhecimento / enfrentamento das assimetrias socioeconômicas latentes ao Brasil, que repercutem em diferentes frentes, especialmente na acessibilidade digital. No sistema presencial, as desigualdades de ordem socioeconômica estavam presentes, mas o acompanhamento proximal professor / aluno possibilitava um trabalho menos vulnerável ao

evadir. Com o afastamento da escola e com a posterior necessidade de que houvesse acesso às tecnologias e seus recursos para a continuidade do ensino, muitos alunos deixaram ou foram afastados do percurso educacional, alguns inicialmente com uma expectativa de rápido retorno ao sistema presencial, que não ocorreu. Outros - pelas dificuldades sociais, econômicas e/ou tecnológicas de acessar os recursos necessários para o estudo, seja no momento das aulas ou no desenvolvimento das atividades – encontraram no ensino remoto emergencial o seu determinante de evasão (MONTEIRO *et al.*, 2021).

Do exposto por estes autores, é possível refletir que, embora a evasão possa ocorrer mesmo na Educação Superior, é na Educação Básica que ela se revela de forma mais expressiva. Quanto mais cedo ocorre, maiores os prejuízos associados. Sendo desta forma, compreender os diferentes contextos da evasão, em especial o associado à pandemia de Covid 19, possibilita um melhor entendimento do fenômeno e a possibilidade de discussão aos fatores que contribuem a este grave fator de exclusão socioeducacional. Na esteira destes processos complexos, o ensino remoto emergencial permanece em constituição pelos estudantes e professores no cotidiano das vivências pedagógicas. O distanciamento social imposto e as novas formas de conduzir o aprendizado, com o protagonismo centrado ao autogerenciamento e participação familiar, têm sido recorrentemente relacionados a evasão e dificuldades de permanência ou efetividade de ensino.

Isto se reforça pela percepção de que o ensino remoto levou os professores a buscar novas formas de realizar o ato docente a fim de estabelecer aprendizado significativo e continuidade, o que ocorre sob iniciativas e instrumentos voltados a preservar os vínculos educacionais no período de pandemia (SANTOS *et al.*, 2020).

Ainda, é necessário incluir o reconhecimento sobre a maior vulnerabilidade à evasão durante a pandemia de Covid 19 que acomete alunos que, historicamente, integram grupos que compartilham de um adendo de exclusão que, regularmente, é somado às disparidades socioeconômicas: são os estudantes com deficiência e que integram minorias. Estes alunos podem, por exemplo, compartilhar dificuldades socioeconômicas, mas possuem uma vulnerabilidade adicional que os relaciona ao maior risco de evasão educacional – dado pela demanda ao aprendizado de que sejam atendidos por profissionais idealmente capacitados ao ensino inclusivo, seja por não disporem dos meios necessários para acessar às aulas, realizar as atividades e/ou as postagens e contatos, ou não terem este acesso de forma suficiente (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

O ensino remoto emergencial é marcado por atividades que requerem a autogestão do tempo e dos processos de aprendizagem, e nem sempre a família e o próprio aluno estão prontos

para esse nível de autonomia e iniciativa educacional. Como existem momentos de atividades síncronas e assíncronas, e os instrumentos utilizados são diversos – como mensageiros virtuais, plataformas de aulas a distância e mesmo redes sociais, fóruns e *blogs*, as inseguranças de como se posicionar educacionalmente nesse percurso podem refletir em afastamento pedagógico, consequente enfraquecimento de vínculos educacionais e, por fim, evasão (VALENTIM; MOREIRA; GONÇALVES, 2021).

A relação evasão e ensino remoto emergencial tem precedentes históricos que indicam a possibilidade de uma grave problemática. A ineficácia pública no aporte à educação durante a pandemia é diretamente ligada à problemática da evasão. A educação se apresenta como direito fundamental constitucionalmente assegurado e, sendo dessa maneira, é a ação pública que assegura o acesso democrático (BERNARDINELI; ALMEIDA, 2020).

Desde o início da pandemia de Covid 19, os investimentos no segmento econômico e em saúde são amplamente divulgados, contudo, os educacionais não encontram mesmo tratamento. Um exemplo: do início desta pandemia até novembro do ano de 2020, o Ministério da Saúde (MS) empreendeu R\$ 35 bilhões e o Ministério da Economia, cerca de R\$ 168,5 bilhões para o enfrentamento do momento crítico. No entanto, o Ministério da Educação (MEC) investiu teve e investiu um montante bastante inferior, de R\$ 798 milhões – embora sobre ele houvesse uma série de medidas e necessidades emergentes. Isto decorreu do fato de que a educação não foi priorizada na distribuição de verbas para a pandemia, e grande parte das necessidades foi atendida a partir de realocações do orçamento próprio do MEC (NERI; OSÓRIO, 2021).

Nesse sentido, a evasão educacional, sobretudo na educação pública, pode ser melhor analisada a partir da percepção da pobreza e das assimetrias trazidas pela ordem socioeconômica. O período da pandemia promoveu um aumento crescente das desigualdades, e revelou “[...] velhas anomalias em torno da má distribuição de renda, [...] aprofundamento da pobreza, [...] e, principalmente, o agravamento da discriminação racial, cultural, etária, étnica e de gênero”(CARVALHO; CARVALHO; SANTOS, 2020, p. 139).

Sendo considerada esta percepção, a ineficácia de ações públicas de amplo espectro (e não segmentadas) tempestivas ao contexto educacional da pandemia, especialmente durante o estabelecimento do ensino remoto emergencial e na preparação ao pós-pandemia, guarda relação direta ao aumento do risco de evasão mediado por dificuldades pedagógicas, adaptativas e de natureza socioeconômica vinculada à pandemia. Destas percepções é possível refletir que o evadir torna-se gradativamente uma opção sólida ao aluno quando ele sente dificuldades adaptativas associadas ao ensino remoto emergencial, e apesar disso não tem apoio ou recepção

direta por parte de alunos e professores. Junta-se a este fator um outro elemento crítico associado ao próprio percurso histórico brasileiro que corrobora ao crescimento do evadir: o Brasil tem um percurso datado de menor efetividade quanto a verbas e políticas públicas voltadas à educação, especialmente em situações de crise.

Com isso, também se torna emergente o fato de que o fechamento das escolas e o ensino remoto emergencial trouxeram impactos sociais e pedagógicos, que em grande parte convergem à evasão, seja de forma direta ou indireta (SOBRINHO JUNIOR; MORAES, 2020).

Conseqüentemente, o risco de evadir é maior ou menor conforme a força do vínculo escolar. Sendo assim, a atuação docente é também determinante ao tema, pois a dissolução do vínculo representa também maiores chances de que o aluno busque outras atividades, sobretudo que possam gerar algum tipo de renda ou mesmo aportando a elas. Existe ainda o reconhecimento da necessidade de atuação e intervenção docente ativa para a mediação das necessidades de aprendizagem. A conciliação docente e de demais atores educacionais às famílias se mostrou e ainda se evidencia importante para um complexo trabalho de resgate e permanência, feito por ações voltadas à continuidade das relações entre professores e alunos, ainda que de forma remota, durante a pandemia.

Sobrinho Junior e Moraes (2020) evidenciaram ser importante que os docentes e sistemas educacionais ofereçam ativamente e de forma sistemática suporte às famílias para que possam atender às demandas de aprendizagem dos alunos enquanto se encontram distantes fisicamente do aporte do professor e durante as atividades; acompanhamento diário dos estudantes, preferencialmente junto aos responsáveis também quanto a dúvidas, na rotina mais frequente possível; busca ativa pelos alunos que deixam de retornar as atividades e também pelo contato com suas famílias, a fim de apoio e reestruturação dos laços de aprendizagem; promoção de avaliação diagnóstica e de levantamento de demandas socioeconômicas para agir em aporte, bem como sinergia entre as secretarias e órgãos envolvidos no ensino, a fim de gerar a sua continuidade.

Sendo desta forma, é possível analisar que esta precariedade de ação de verbas é um fator crítico, a partir do reconhecimento de que a evasão tende a ser mais frequente entre sujeitos de classes menos favorecidas socioeconomicamente, e a extensão das aulas remotas de forma exclusiva elevou a inclinação ao êxodo educacional – seja pela necessidade do aluno aportar a renda familiar e ter essa atividade facilitada pela ausência de uma rotina escolar; seja pela ausência de apoio familiar e/ou acesso tecnológico ou por fatores diversos, ou seja por estes dois fatores em sinergia.

Assim, a evasão seria um fenômeno multifatorial no ensino remoto emergencial, capaz de ser reduzida a partir do vínculo escolar com as famílias, natureza da atuação docente e suporte contra assimetrias de acesso tecnológico (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Ao considerar estas colocações, agir de maneira ativa frente aos fatores que aumentam o risco de evasão e de ruptura ao vínculo junto ao processo educacional, o professor e demais atores educacionais desempenham um papel importante frente à contenção da evasão ao assumir uma postura mais ativa e interventiva diretamente para a manutenção do vínculo entre estudante e escolas. Por meio de uma busca ativa e da observação constante a respeito das atividades, do retorno familiar e de como as relações se preservam neste meio, é possível que o fazer docente assuma um papel crítico e interventivo ao controle da evasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com esta revisão, a pandemia de Covid 19 remodelou as práticas e fazeres docentes de forma determinante. A inclusão das tecnologias que era discutida a um período considerável e realizada a curtos passos, rapidamente teve de ser implementada em uma iniciativa de ensino que não replica a educação a distância, mas que é construída na condição não presencial e remodelagem das relações de ensino e aprendizagem de sala de aula para que pudessem continuar a distância. Professores e alunos vivenciaram e permanecem vivenciando um percurso de aprendizagem complexo, em que a disposição reflexiva sobre o papel docente se faz determinante.

O protagonismo digital evidente no ensino remoto emergencial, ao mesmo em que faz um papel de ponte entre o ensino, a escola e os estudantes, se mostra também um fator de atenção a que não se torne um elemento de favorecimento das assimetrias educacionais que acometem, especialmente, a educação pública. A necessidade de acesso tecnológico, bem como o distanciamento do ambiente educacional físico e o risco de um acompanhamento menos efetivo que o de sala de aula foram apresentados como fatores de potencial risco à evasão escolar.

Para que estes elementos não se fortaleçam como bases de disparidades e de constituição de faixas excludentes do ensino, é necessário aos professores e demais atores educacionais a tomada de uma postura crítica e ativamente interventiva na abordagem educacional. Isto é possível por diferentes, tais como a mescla do cuidado e efetividade didático-metodológica, conhecimento das tecnologias e estratégias de busca ativa e acompanhamento de risco de evasão, tendo por base a intervenção precoce aos sinais de vulnerabilidade estudantil.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid 19. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.
- BERNARDINELI, M. C.; ALMEIDA, C. S. A. A transgressão do direito fundamental à educação e os retrocessos no ensino consequência do Covid 19: desafios da educação no pós-pandemia. **Pensar Acadêmico**, v. 18, n. 5, p. 923-949, 2020.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. F.; SANTOS, C. S. Brasil como epicentro da crise da Covid 19 na América Latina e as prováveis consequências em estratificações socioeconômicas mais vulneráveis: uma perspectiva de compreensão do papel do Estado e da social democracia centrada em John Maynard Keynes. **Espacio Abierto**, v. 29, n. 4, p. 139-177, 2020.
- CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.
- CURY, C. R. J. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 8-16, 2020.
- GÓMEZ, A. B.; BELMONTE, M. L. Evasão escolar, determinantes, políticas educacionais e itinerários subsequentes. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e6849109234-e6849109234, 2020.
- MONTEIRO, R. *et al.* A evasão escolar no regime de atividades não presenciais: uma análise qualitativa de uma escola estadual do município de Poços de Caldas. **Anais Educação em Foco: IFSUL de Minas**, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2021.
- NERI, M.; OSORIO, M. C. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. **Revista Necat - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 10, n. 19, p. 28-55, 2021.
- OLIVEIRA, M. A. M.; LISBÔA, E. S. S.; SANTIAGO, N. B. Pandemia do coronavírus e seus impactos na área educacional. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 17-24, 2020.
- SANTOS, A. K. S. *et al.* Tecnologias da Informação e Comunicação em tempos de COVID 19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e79891110493-e79891110493, 2020.
- SOBRINHO JUNIOR, J. F.; MORAES, C. C. P. A Covid 19 e os reflexos sociais do fechamento das escolas. **Dialogia**, n. 36, p. 128-148, 2020.
- SOUZA, A. S. R. *et al.* Aspectos gerais da pandemia de COVID 19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 29-45, 2021.
- VALENTIM, I. V. L.; MOREIRA, M. M.; GONÇALVES, S. de O. **Metodologias ativas no ensino remoto**: uma autoetnografia. Rio de Janeiro: ComPassos Coletivos, 2021.